UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO E CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA VISÃO SOBRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO POLO DE APOIO PRESENCIAL DE NOVO HAMBURGO

ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Andreine Lizandra dos Santos

Orientador: Luis Felipe Dias Lopes

Sapucaia do Sul, RS- Brasil.

2015

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA VISÃO SOBRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÃNCIA NO POLO DE APOIO PRESENCIAL DE NOVO HAMBURGO

ANDREINE LIZANDRA DOS SANTOS

LUIS FELIPE DIAS LOPES

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas considerações sobre as políticas públicas aplicadas na gestão da Educação a Distância no polo de Novo Hamburgo. O objetivo é compreender a aplicação das políticas públicas na educação, e mostrar a sua expansão no cenário da cidade de Novo Hamburgo. Pois, as políticas públicas surgiram com o intuito de ajudar a todos os cidadãos que vivem em sociedade, e sendo assim, consistem em procedimentos que podem ser formais e também informais destinados a resolver de forma pacífica conflitos que possam ocorrer quanto a qualquer bem público. Na educação temos a Lei de Diretrizes e Bases que fortalece a questão da propagação da educação em todos os cantos do Brasil, e é nessa ideia que a educação a distância vem enriquecer essa perspectiva, pois é a educação uma ferramenta essencial e de extrema importância para contribuir com o desenvolvimento do saber humano e da promoção de mudanças no homem. O desenvolvimento da educação à distância nos diferentes contextos das políticas públicas educacionais brasileiras revelam uma ampliação da oferta de cursos a distância ao longo dos anos, e tudo isso se deve a decorrência das políticas públicas educacionais no Brasil. Essa democratização do acesso à educação faz com que ocorra colaboração mútua entre governos e gestores, estados, municípios e instituições universitárias objetivando no êxito do processo ensino-aprendizagem, além da qualificação da educação. Dessa forma, conclui-se que a proliferação da educação à distância sob a forma de criação de polos é um aporte essencial para aproximar os alunos das universidades, além disso, ser extensão das mesmas.

Palavras-chave: Educação a Distância; Políticas Públicas; Gestão; Polo de Novo Hamburgo.

ABSTRACT

This article presents some considerations on public policies applied in the Distance Education Management in New Hamburg polo. The goal is to understand the application of public policies in education, and show its expansion in the scenery of the city of Novo Hamburgo. Therefore, public policies have emerged in order to help all citizens who live in society, and therefore, consist of procedures that can be formal as well as informal aimed at resolving peacefully the conflicts that may occur with respect to any public good. In education we have the Law of Guidelines and Bases that strengthens the issue of the spread of education in all corners of Brazil, and it is this idea that distance education enriches this perspective, it is education an essential and very important tool for contribute to the development of human knowledge and the promotion of changes in man. The development of distance education in different contexts of Brazilian educational public policies reveal an increased supply of distance learning courses over the years, and all this is due to the result of educational policies in Brazil. This democratization of access to education is to occur mutual collaboration between governments and managers, states, municipalities and universities aiming at the success of the teaching-learning process, in addition to qualifying education. Thus, it is concluded that the proliferation of distance education in the form of creation of poles is an essential contribution to bring the students of universities, moreover, be of the same length.

Keywords: Distance Education, Public Policy, Management; Novo Hamburgo center.

1 INTRODUÇÃO

Como um dos pilares da sociedade brasileira, a educação exerce papel prioritário na gestão pública. Pois, a cada mudança de governo, ocorrem ajustes que na maioria das vezes não são satisfatórios ou mesmo concretizados nessas transições, dessa forma, é importante que se faça um apanhado da realidade passada e da atual, a fim de verificar possíveis mudanças no cenário educacional.

Problematiza-se nesta pesquisa as políticas públicas em educação à distância, tendo em vista que a gestão educacional ainda é um ponto que necessita de muita atenção pela sociedade. Pois, ainda há ranços de modelos tradicionais que requerem inovação, uma vez que saímos do modelo presencial de educação para o âmbito à distância. E além disso, evidencia-se a importância da gestão, tendo em vista apresentar-se sob a forma de a distância e não mais presencial. Pois, segundo Pereira (2008) é necessário um modelo de gestão adequado que vise ministrar cursos de graduação e/ou de pós-graduação de qualidade a distância que ,utilize as novas tecnologias para reduzir as diferenças e criar movimentos significativos com objetivos claros de extensão de uma universidade.

Este artigo tem por objetivo compreender as políticas públicas aplicadas a Educação a Distância, bem como a criação da Universidade Aberta do Brasil na cidade de Novo Hamburgo, juntamente com a criação do Polo de Apoio Presencial daquela, através da Lei municipal n°. 2079/2009 de 21 de dezembro de 2009 cujo objetivo principal é expandir a oferta dos cursos de graduação e Pós-graduação.

Justifica-se o presente trabalho pela expansão da educação a distância e as possibilidades que dela advém em decorrência da globalização, a qual provocou mudanças profundas nas relações econômicas e sociais nas mais distantes localidades.

Na educação antes somente presencial, surge a modalidade à distância, com a criação de polos educacionais das mais diversas universidades, públicas e privadas, favorecendo uma enorme parcela da população. A metodologia neste caso consiste em uma pesquisa bibliográfica a fim de obter-se uma visão mais abrangente quanto ao tema, e documental através da legislação pertinente para que as informações extraídas ampliem o contexto histórico deste trabalho.

As inovações tecnológicas provocaram um impacto sem precedentes em nossa sociedade na segunda metade do século XX e vem se estendendo até nossos dias. Conforme Oliveira (2001) chamar-se-á de sociedade de informação, conceito que define bem a existência da quantidade de ideia, dinheiro, pessoas e tecnologia que essa nova organização social vem estabelecendo.

Dentro deste contexto de mudanças, temos a educação como política pública e, portanto, inserida no conjunto das ordenações e intervenções do Estado. E mais recentemente a Educação a Distância, que vem se estabelecendo mais e mais na educação. A ideia inicial era de que somente pessoas que tivessem acesso à tecnologia poderiam se utilizar dessa modalidade de ensino, mas por um entendimento errôneo hoje se sabe que o acesso tornou-se facilitado. Além disso, a necessidade de enfrentar novos padrões de produtividade e competitividade, impostos pelo avanço tecnológico, estão fazendo com que ocorra na educação, estratégias de desenvolvimento.

Dessa forma, investigar a educação a distância é essencial, pois o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa constituem elementos vitais para as economias modernas. Deslocam-se, assim, as prioridades de investimento em infraestrutura e equipamentos para a formação de competências cognitivas e sociais da população em geral. E isso,

também a educação à distância o exigem, e estão nas pautas governamentais e em constante discussão nos meios de comunicação.

Por isso, uma vez instalada na sociedade de informação como se refere Oliveira (2001), é essencial estudar as políticas públicas aplicadas a essa modalidade educacional, visto que o caminho de sua aplicabilidade foi aberto e está em prática tanto por universidades públicas como privadas. E o compromisso assumido pelo Estado de igualar a educação e torná-la universal é uma medida que precisa ser levada a contento. Nesse âmbito, temos também as parcerias com municípios e estados com universidades federais, que como extensões daquelas, fizeram com que os polos fossem instalados em várias cidades e a consequente propagação de uma educação de qualidade.

A pesquisa para este trabalho tem embasamento documental e bibliográfico, sendo que ambas pontuam o documento como objeto de investigação, porém Figueiredo (2007) diz que a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. E sua principal finalidade é proporcionar a quem pesquisa o contato direto com o tema e, além disso, uma aproximação com fontes já de domínio público. Enquanto a pesquisa documental visa procurar informações em documentos que não receberam tratamentos científicos, como relatórios e reportagens, que são importantes devido ao seu cunho histórico e por serem indicativos de certos esclarecimentos, que trazem em seu conteúdo informações para outras questões.

Este artigo está organizado em quatro seções, além dessa introdução, tem-se a fundamentação teórica, a metodologia usada, a seção sobre o Polo de apoio presencial de Novo Hamburgo e as considerações finais.

A abordagem metodológica utilizada neste artigo foi inicialmente documental e exploratória, tendo em vista que essa metodologia contribui para uma visão mais detalhada de um caso particular. Dessa forma, tem-se como preservado as características daquele com base nas informações importantes que são tanto registradas quanto analisadas. E atuou como sujeito da pesquisa o Polo de apoio presencial de Novo Hamburgo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo faz-se uma breve explanação sobre a origem e histórico da educação a distância e das políticas públicas. E por fim, se quer articular as políticas públicas e a educação a distância dentro do contexto nacional.

2.1 Breve histórico da EaD no Brasil

Os primeiros sinais de uma educação à distância no Brasil ocorreram por volta de 1904 por correspondência, em que algumas instituições privadas ofertaram cursos técnicos sem exigir escolarização. Em 1923 surgiu a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro liderada por Henrique Morize e Roquete Pinto, que foi um veículo de comunicação que levou aos vários cantos do Brasil informações O meio radiofônico foi sem dúvida o estopim para o início da educação a distância, pois passou a desempenhar a função de difusor de comunicação e instrução para aqueles que não podiam se locomover e ir até onde o ensino estava. O rádio passou a desempenhar nos anos seguintes o papel principal na instrução do povo devido ao seu poder auditivo e acabou por fazer com que a população menos escolarizada o usasse como meio de comunicação, alcançando os mais longínquos cantos do Brasil. Esse seria o meio de educação informal, de recreação e informativo mais significativo e acessível para o povo (ALVES, 2007).

O surgimento do Instituto Monitor, em 1939, ofereceu o primeiro curso por correspondência, que foi o de Radiotécnico. Logo após, em 1941 o Instituto Universal Brasileiro usando o correio passou a ofertar também cursos a distância, e que ainda hoje existem. Outras organizações similares buscaram levar a educação a todos e por sua vez, ajudar na construção da sociedade que se formava naquele momento. Além disso, temos o surgimento do Eniac, considerado o primeiro computador de noosa história, sendo hoje a ferramenta essencial da EaD. Em 1953 foi criada a Rede Record de Televisão, fundada por Paulo Machado de Carvalho, que antes havia criado a Rádio Record. Nela ele apresentava músicas e programas variados, seria o início de uma forma de usar a televisão para a educação do povo,já que o rádio já fazia isso. Os anos 60 foram de uma total crise na democracia, e na educação a defasagem era clara, sendo necessário uma imediata criação de medidas fundamentais nesse sistema. E para que ocorresse uma mudança, foi necessário fazer com que o povo tomasse consciência, a fim de garantir uma escolarização regular e principalmente acabar com o analfabetismo. (MAIA e MATTAR, 2007).

E foi em 1961 que a LDB – Lei de Diretrizes e Bases foi criada, iniciando o processo de orientaçào da educação brasileira, que segundo alguns estudiosos foi um avanço tendo em vista ser a educação anterior centralizadora, pois não dava qualquer competência para os estados ou municipíos. Além disso, faltou investimento para as universidades e por isso uma fraca expansão dos cursos superiores, embora investimentos no ensino normal. A década de 70 teve o Projeto Minerva, programa de rádio criado pelo governo federal, por decreto presidencial e uma portaria interministerial pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, de caráter obrigatório para todas as emissoras do país. E foi a partir dessa proposta que algumas instituições privadas e ONGs começaram a ofertar cursos e supletivos a distância, em que as aulas eram via satélite e com materiais impressos (MAIA e MATTAR, 2007).

Em 1971, a Lei n°. 5.692/71 chamada de segunda versão da LDB, aprovada em pleno perídodo da ditadura militar do governo Médici, trouxe a valorização da educação profissional e a obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos, bem como a instituição da educação moral e cívica nos currículos e programas de saúde, seguido da criação dos supletivos. Com relação aos supletivos, tem-se um avanço, pois veio a suprir a escolarização interrompida por rmuitas pessoas. No ano de 1995, temos o surgimento da Internet no Brasil que passava a ser utilizada pela população, e com isso, o aumento de provedores, fazendo com um número de usuários surgissem e em seguida os e-mails, correio eletrônico hoje de uso corrente. Além disso, a *World Wide Web*[1] fez com que o correio eletrônico fosse utilizado em larga escala, principalmente na Educação a Distância. (ALVES, 2007).

A universidade como ensino superior a distância e com o uso de tecnologias de comunicação foi criada na segunda metade da década de 90 no Brasil, utilizando fitas de vídeo e Cd-roms. A Educação a Distância no Brasil foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9394/96 e pelo art. 2º do Decreto n.º 2494/98:

> Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim.

Dessa forma, todos os cursos ofertados nessa modalidade devem ser encaminhados a órgãos municipais ou estaduais, que são responsáveis pelo

[1]Definição disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web. Acesso em:14 nov 2015.

credenciamento dessas instituições. A exceção é se a instituição está vinculada ao sistema federal de ensino, nesse caso deve ser feito pelo Ministério da Educação e Cultura. E foi através da Portaria Ministerial n° 2253/01 que ocorreu a permissão para as universidades, faculdades, centros universitários e tecnológicos ofertar vinte por cento do tempo de seu currículo em cursos presenciais ofertados na modalidade a distância. Bem como, que as instituições de ensino superior credenciadas ofertassem disciplinas na modalidade semipresencial ou a distância. (ALVES, 2007).

Em 2005 surge no Brasil o Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, criado pelo Ministério da Educação e Cultura, que atualmente é gerenciado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES. É um projeto que tem por finalidade expandir e oportunizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, em seus polos, situados em vários municipios do Brasil. A ideia é atingir uma população que está excluída do processo educacional, tendo em vista a escassez de recursos em certas regiões do país (ALVES, 2007).

Com o intuito de diversificar o sistema de ensino brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96 - incluiu a educação à distância em seu texto legal. E a partir de da década de 90 se intensificaram medidas para o avanço dessa nova modalidade, em que algumas universidades começaram a desenvolver projetos em educação a distância criando, coordenações e/ou laboratórios de EAD em sua estrutura. Surgem críticas às políticas públicas para a educação a distância por parte da comunidade acadêmica, porém o governo propõe uma implantação gradativa para não pecar na qualidade educacional. O Ministério da Educação passa então a explicitar a legislação básica da LDB quanto a aspectos da EaD, como a exigência de credenciamento das instituições de ensino superior para qualquer curso, autorização e reconhecimento do curso, avaliação da CAPES/MEC, exigência de avaliações presenciais entre outros (BRASIL, 2007).

Tem-se por isso, o século XXI como o marco da Educação a Distância, tendo em vista a *World Wide Web,* que veio proporcionar a expansão das teleconferências, chats, fóruns de dicussão, e-mails, blogs, wikis e ambientes virtuais que possibilitaram a interação entre alunos e professores em diversos cantos do país (ALVES, 2007).

2.2 Origem e conceito de Políticas Públicas

O tempo fez com que a função do Estado passasse por muitas transformações, alterando por isso seus objetivos ao longo da nossa sociedade. Pode-se exemplificar como era no século XVIII e XIX em que tinha por objetivo a defesa de ataques inimigos e a segurança pública, porém com o surgimento da democracia mudou para a promoção do bem estar da sociedade e também as responsabilidades do Estado se diversificaram. E nesse contexto, existe a necessidade de desenvolver várias ações em diferentes áreas, como saúde, educação, segurança e meio ambiente, devendo para isso usar as políticas públicas para atingir tais objetivos (SOUZA, 2003).

Etimologicamente, as políticas públicas referem-se a participação do povo nas decisões de seu município e estado, porém essa participação passou por vários caminhos alterados pelo tempo e espaço. A única pessoa que permaneceu nessa trajetória, e que é de fundamental importância é o Estado. Por tudo isso, muitos autores discutem o conceito de politicas públicas tendo em vista a diversidade existente. Tem-se em Souza (2003, p. 13) o seguinte conceito:

> Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Embora existam outros conceitos, Faria (2003) diz que todos os conceitos apontam para a complexidade dos participantes e pelo fato dos processos se tornarem cada vez mais complexos, o que deixa os modelos tradicionais que analisam as políticas públicas incapazes de interpretar a nova realidade presente. E para Teixeira (2002) pode-se incluir uma ideia de omissão em algumas ações dessas políticas públicas.

Conforme Souza (2006) a visão de governo e Estado fizeram com que o conceito de Políticas públicas e sua origem dependessem de muitos fatores externos e internos não só da nossa história, mas de um contexto global. No entanto a planta das políticas públicas e as regras que regem sua elaboração, decisões, implementações e ações também fizeram com que muitos conflitos tivessem resultados e caminhos diferenciados. A autora salienta que das várias definições e

modelos que se apresentam no momento, é possível retirar elementos que diferenciam o que o governo pretende fazer e o que de fato faz. Ela cita ainda que a política pública envolve vários atores materializados através do governo, e é aquela abrangente, e que por sua vez, produz impactos a curto prazo apesar de ser de longo prazo, e é de cunho intencional, com objetivos a serem alcançados e não se limita a leis e regras.

2.3 Articulando a EaD na Políticas Públicas

A educação no Brasil caminhou por estradas tortuosas desde o início de sua jornada, em que uma elite dominante explorava e mantinha para si todo o poder que pudesse. A cultura era alcançada somente por aqueles que tivessem dinheiro ou que estivessem no poder, e, portanto somente uma pequena parcela da população poderia usufruir da educação. No período colonial e monárquico, o Brasil era tomado pelas oligarquias que também dominavam o saber, e ideia advindas de fora do país. Fazendo um apanhado geral e resumido de nossa herança histórica na área educacional, é possível afirmar que até os anos 20 o Brasil era um país rural e agrícola, portanto o desenvolvimento se dava mais no campo que nas cidades; em seguida, nos anos 30 começa uma mudança que se estende até nossos dias, que foi a vinda das pessoas do campo para as cidades, o que alterou o perfil econômico do país. O Brasil de 1920 até 1980 era conservador, em desenvolvimento, centralizador e autoritário, o bem estar social não estava em pauta, o objetivo era crescer e desenvolver-se, e a crescente industrialização no país. Era necessário tornar o país uma potência a qualquer preço, enquanto isso a educação era deixada de lado, fora dos planos do governo (SOUZA, 2003).

Entretanto, a partir da década de 80 algumas mudanças começam a aflorar no Brasil, o período democrático trouxe a chamada redemocratização da sociedade brasileira, garantindo direitos sociais e individuais que viraram marco desse processo. O início foram às eleições diretas para Presidente da República e a homologação da Constituição Federal em 1988 que trouxe novas demandas emergentes e importantes para o povo, bem como uma melhor acolhido dos anseios da população. No início da década de 90, a prática da Constituição ficou um tanto prejudicada, pois houve certas contradições entre objetivos de melhoria da população e as reformas políticas no ajuste da economia. O então Presidente Fernando Collor de Mello passa seu governo para Itamar Franco que com muito

esforço tenta colocar em prática políticas sociais de melhoria. Em seguida, Fernando Henrique Cardoso, organiza as demandas sociais em políticas públicas sociais para reduzir a esfera de responsabilidade do Estado em relação a elas sem aumentar as despesas e adequar o sistema educacional às orientações e necessidades prioritárias da economia, também referida por Silva Jr. (1999). O autor reitera que essas duas décadas, 80 e 90 foram totalmente orientadas por políticas de ordem neoliberal voltando-se para a população mais pobre e carente e diminuição da oportunidade de emprego e geração de renda, fazendo com que muitos perdessem seus empregos.

As políticas públicas da educação nessa época conforme sintetiza Peroni (2003), tiveram como fim modernizar os sistemas administrativos, implantar programas de avaliação, compra de material didático e capacitar professores, esquecendo-se dos salários que a muito se encontram defasados. A qualidade da educação que antes se ligava a ideias democráticas e a formação para a cidadania muda, ou seja, é redefinida para atender a nova ordem. O autor ainda declara que a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, os PCNs – Padrões Curriculares Nacionais de 1997, o PNE – Plano Nacional da Educação, de 2001 e mais recentemente o PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação, são todos programas federais com o intuito de aplicação às políticas na educação**.**

De fato, cabe ao Ministério da Educação fazer com que a oferta de cursos superiores a distância, sejam feitas de forma regular e qualitativa. Essa fiscalização faz com que a EAD, tenha condições estruturais e pedagógicas adequadas, a fim de superara a distância temporal e geográfica entre o docente e o discente por meio de recursos de comunicação e interação (BRASIL, 2007).

3 O POLO DE APOIO PRESENCIAL DE NOVO HAMBURGO

A Educação a distância (EaD) entrou no cenário educacional como mais uma forma de romper a barreira do tradicional e firmar novos paradigmas educacionais. A mudança significativa aponta para novos enfoques, alicerçados principalmente nas novas tecnologias da informação e comunicação. Dessa forma, os recursos tecnológicos, o planejamento para implantação de cursos e por fim uma vez implantados, a sua administração, passaram a ser fundamentais para o sucesso dessas universidades.

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) e sua Secretaria de Educação a Distância (SEED), buscando incentivar e coordenar projetos para estruturar a EaD nacional criou em 2005, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Contando com a parceria de algumas instituições de ensino credenciadas e autorizadas pelo MEC, o programa UAB pretende levar o ensino superior a todos os cantos do país. Atualmente está em sua terceira etapa, e conta com vários Polos de Apoio Presencial em várias regiões e cidades do país, que tem por objetivo oferecer recursos humanos, tecnológicos e espaço físico aos alunos, de maneira a garantir o processo de ensino-aprendizagem (PORTAL CAPES).

O Polo de Apoio Presencial de Novo Hamburgo entrou no sistema UAB após o segundo edital e tem a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo como mantenedora, conforme declara Fiorillo (2015). Atualmente está localizado em um prédio no centro da cidade, ocupando dois andares e conta com dois laboratórios de informática, duas salas de web conferência com recursos tecnológicos compatíveis com os cursos que estão sendo ofertados, além disso, uma biblioteca que está sendo aos poucos montada, sala de tutoria e secretaria.

Sua inserção na comunidade Hamburguense foi de tal forma, que a procura por cursos tem sido constante. Iniciou com um curso de graduação, Letras Espanhol da Ufpel em junho de 2009 e atualmente conta com dezessete cursos entre pós-graduação, graduação e alguns de extensão. Percebe-se que não é só a comunidade Hamburguense que tem procurado o polo, mas várias pessoas de cidades próximas, como Ivoti, Estância Velha, Porto Alegre, São Leopoldo e Campo Bom. A diversidade de alunos é algo surpreendente, tanto no que se relaciona a faixa etária, escolaridade e principalmente nas funções laborais. Quanto a faixa etária tem-se alunos de dezenove a sessenta anos, alguns com graduação e pós-graduação, e quanto às atividades, são funcionários públicos da rede municipal, estadual, federal, autônomos e do setor privado, como secretárias, recepcionistas e vendedores.

4.1 Diagnóstico inicial

Para a realização de um plano de ação de gestão do polo foi realizado uma reunião de diagnóstico, em que compareceram tutores e alguns funcionários do polo. Na pauta da reunião, diagnóstico do polo do início de seu funcionamento em 2009, até novembro de 2010. Inicialmente foi elaborado pela coordenadora do polo

um questionário para que fossem levantados alguns aspectos e feita à discussão. Este questionário serviu de base para a que o polo pudesse traçar algumas metas para compor o plano de gestão 2011 e seguintes. Durante a reunião foi possível levantar as seguintes informações, que servirão não só de apoio, mas como de base para futuros questionamentos e respostas, como a necessidade de que ocorra um diálogo constante entre polo e Universidades, a fim de que ocorra um maior envolvimento no processo de formação do acadêmico, evitando uma compartimentação do trabalho, onde alguns pensam e outros somente executam as tarefas. A ideia sempre foi propor encontros com as Universidades, que poderiam ser de forma presencial ou através da utilização de recursos tecnológicos (webs, skype, etc...). Discutiu-se sobre a importância da atuação do tutor presencial para que não ocorram desistências e os motivos que levam os alunos a desistir dos cursos, sendo apontados, entre eles, os cursos serem gratuitos, as expectativas ao ingressar em um curso somente para receber a certificação e o pensamento da facilidade de ser um curso a distância, a necessidade de uma maior aproximação do tutor presencial e apoio, pois, muitos alunos não tem hábitos de estudos com autonomia, a grande quantidade de trabalhos que não corresponde as possibilidades dos alunos. As atribuições dos tutores presenciais e o a distância também devem ter uma relação mais estreita, tendo em vista que um está semanalmente com o aluno, enquanto o outro é virtual.

Além disso, existe incompatibilidade de alguns softwares com o sistema utilizado pelos polos, em muitas situações mesmo com testes anteriores, alguns softwares não funcionaram, é essencial que as coordenações dos cursos enviem com antecedência o material a ser utilizado nas aulas presenciais. Esse é outro fator que faz com que o aluno desista, tendo em vista que pensa ser um curso desorganizado, e o polo e os tutores ficam sem ação para falar sobre um assunto que vem se alastrando e sem solução aparente. Não se pode colocar a culpa em alguém, mas é preciso que haja um respaldo que seja ponto de argumento para o aluno, e fazer com que ele acredite realmente na Ead e no curso que ele realiza, como sério e produtivo. Quanto ao tutor, Costa e Knuppel (2014, p. 197) declaram que:

> é um dos principais pilares para o desenvolvimento das ações da EaD, por ser um profissional que apoia o educando em sua trajetória, quer em termos de desenvolvimento específico da área do curso, quer em termos técnicos e tecnológicos.

A coordenação ficou responsável por falar com as Universidades para abrir caminho entre o aluno, tutor e o polo. O uso do espaço foi outro ponto discutido, pois não se pode esquecer que se trata um espaço acadêmico, e para isso, é essencial que os alunos tenham um espaço de confraternização que está sendo providenciado. Nos laboratórios, local de estudo, é fundamental que os alunos sejam orientados sobre as regras, da mesma forma, o cumprimento do horário de funcionamento do polo, tendo em vista que em muitos momentos fora ultrapassado, o que gera problemas na compensação de horas dos funcionários.

Por ser o polo um local que está recebendo mais quatro turmas de graduação da UFPEL, espera-se uma melhor organização do espaço, pois no momento é impossível acolher um total de trezentos alunos em uma noite de aula presencial. Da mesma forma, cada coordenação deverá reservar uma noite para sua aula presencial, sem que isso interfira na outra.

4.2 Construção do Plano de Gestão do polo

Com o retorno das pesquisas feitas com alunos, tutores e funcionários do polo, os resultados foram registrados e tabulados, servindo de instrumento de análise para a construção do plano de ação para 2011 e 2012, havendo uma preocupação em contemplar a participação dos diferentes segmentos que interagem no polo e a construção de um planejamento com diferentes olhares, de trocas e em parcerias. Quanto a organização, estrutura e funcionamento do polo de apoio presencial de Novo Hamburgo, como aspectos positivos, pode-se destacar o clima de coleguismo entre funcionários e pessoas que o frequentam, a organização da agenda e mural com as atividades previstas, o acesso à informática com velocidade adequada às necessidades, a qualidade dos momentos presenciais nos quais os alunos se encontram e algumas vezes os tutores à distância participam junto com os tutores presenciais, a localização central do polo, a presença de guarda na portaria em todos os horários de funcionamento, o acesso com elevador, as salas amplas e bem equipadas, os diferentes ambientes como sala de videoconferência, reuniões, sala de professores, biblioteca, secretaria e coordenação, pessoal qualificado para atender em todos os setores (administrativo, pedagógico e técnico), a organização da secretaria e o apoio dos monitores e tutores.

Nos aspectos a melhorar, apareceram sugestões como a instalação de cabines entre os computadores, aparelhos de ar condicionado nas salas que ainda

não possuem bebedor nos dois andares, quadro branco nos laboratórios, computadores nas salas de tutoria (adequando o número de equipamentos às necessidades em alguns dias da semana), manutenção das cortinas, implementação do uso da biblioteca, criação de espaços de convivência para os alunos e de atividades para esse fim, e disponibilização de estacionamento. No que se refere à estrutura e ao funcionamento dos Cursos oferecidos pelas universidades, foram destacados, como aspectos positivos: o acompanhamento do desenvolvimento das atividades de ensino e no processo de aprendizagem nas várias mídias; a interação utilizando equipamentos em diferentes espaços, exceto nas atividades obrigatoriamente presenciais como avaliações e atividades coletivas programadas; cumprimento das datas preestabelecidas para as tarefas; a distribuição e o acesso aos materiais do Curso, os contatos com as equipes de tutoria a distância, o suporte e o ambiente virtual dos Cursos, excelente nível de exigência e de aprendizagem, de um modo geral de todos os Cursos oferecidos no polo, organização prévia do cronograma de cada curso quanto aos encontros presenciais; material disponível online de qualidade (site por disciplina, tutoriais dos *softwares,* etc.); cursos de assuntos interessantes e de acordo com a demanda.

Quanto aos aspectos a melhorar obteve-se os seguintes resultados: uma maior aproximação das Universidades e dos seus tutores a distância com os tutores presenciais, e, por conseguinte com os alunos dos Cursos, a organização de um calendário das universidades, já prevendo os recessos e feriados, evitando alterações, tendo em vista que muitos alunos trabalham em escalas, dificultando a mudança das mesmas (de uma Universidade), o envio de relatórios de aprovação/reprovação dos alunos ao final do semestre, bem como seus aproveitamentos de disciplinas; informações, acompanhamento e retorno das atividades propostas, o acesso aos alunos das suas notas e ao seu aproveitamento, intensificar a interação de alguns professores com os alunos, reuniões periódicas com todos os envolvidos neste processo (tutores a distância, coordenação do curso, tutores presenciais e coordenação do polo), *chat* entre professores e alunos, atualização das listas de alunos de cada curso, tendo em vista algumas desistências e realocações de alunos em outros polos. Conforme Ishida; Stefano e Andrade (2013) é importante que as instituições de ensino verificarem o grau de satisfação de seus alunos, com o intuito de conhecerem se as expectativas dos acadêmicos com relação aos cursos ofertados pela instituição estão dentro do proposto, e ainda mais sendo uma política pública em que se visa a qualidade sempre.

Além de se considerar o levantamento das questões apontadas nas reuniões realizadas a partir do preenchimento do formulário de diagnóstico do polo, a Coordenadora do polo também procurou ouvir o Ministério da Educação e Cultura a partir de duas visitas realizadas no polo. Nestas visitas além da melhoria dos aspectos relativos a estrutura física e de equipamentos foi sugerido uma maior articulação do polo com a comunidade, promovendo eventos acadêmicos abertos a comunidade em parceria com as Universidades ofertantes de cursos neste local. E a partir do diagnóstico e analisando estes resultados, considerou-se a necessidade de uma maior interação, comunicação e diálogo entre as universidades parceiras e o ambiente acadêmico do polo, a fim de que ocorra um maior envolvimento no processo de formação do acadêmico e evitando uma compartimentação do trabalho. Destacamos que uma das formas de haver esta articulação seja a promoção destas atividades através da parceria entre os cursos, universidades e polo, contribuindo com os conhecimentos produzidos nos cursos. Nesta perspectiva, elegeu-se a questão da relação polo x Universidades x comunidade como norteadora do plano de ação para 2011 e 2012, através do planejamento participativo de atividades acadêmicas abertas a comunidade.

Em relação a construção coletiva do plano de ação, Veiga (1996) destaca que um plano de ação deve ter um cunho participativo, partir de um diagnóstico anteriormente feito com os agentes envolvidos no processo, e a partir dali, explicitá-los de forma a fazer com que sejam guiados de forma autônoma e solidária. Além disso, é essencial estimular a participação em eventos, fazer com que partam dos alunos a organização e necessidade desses. Assim, visto por este prisma,a construção apregoada por Veiga (1996) pode ser usada pelo polo, que deve ser o agente multiplicador e propiciar a tomada de decisões para esta organização. Acreditando nesta proposta de um planejamento participativo e colaborativo e principalmente que envolva todos os segmentos do processo, trazemos propostas que visam sanar as questões aqui destacadas, as quais refletem nas melhorias deste ambiente acadêmico.

Em maio de 2012, o polo recebeu a visita de representantes do Ministério da Educação e Cultura que conforme Fiorillo (2015) tem promovido mudanças que vêm afetando as Instituições de Ensino Superior (IES) já credenciadas e que considerou o polo, apto em todos os quesitos. E que falta ainda, a complementação da parte pedagógica que é relativo às universidades parceiras, que deverão disponibilizar a bibliografia que falta para a complementação. Atualmente têm-se oito turmas de

graduação, três de especialização e uma de extensão. Vale ressaltar que o polo foi criado pela Lei n° 2079/2009 de 21 de dezembro de 2009.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em toda essa trajetória, é possível perceber o quão marcado e transformador são as políticas públicas, sua atuação depende de estratégias de desenvolvimento para então resultar em profundas mudanças na sociedade. Outra coisa certa, é que não se pode deixar de levar em consideração a heterogeneidade que é o nosso Brasil, pois um projeto de política pública que é aplicada no nordeste nem sempre irá se encaixar perfeitamente no sul, por exemplo, pelo menos não de forma integral. Essas nuances devem ser trabalhadas, pois mesmo a heterogeneidade tem suas semelhanças e é com isso que o estado e seus agentes devem trabalhar.

Todo esse processo é um desafio que nem sempre pode ser operado com facilidade pois é muito simplista pensar que tudo que é público trata-se de governo pois já que temos conselhos deliberativos porque não criar alguns para gerir as políticas. Assim, esta seria a forma mais popular e democrática de gerenciar projetos que são do povo e para o povo, e da mesma forma ter-se-ia uma responsabilidade mais dividida, já que o Estado tem a incumbência de gerir tanta coisa, continuaria então a exercer o papel de regulador, e a população teria a chance de participar de forma igual, votando em representantes do povo para essa incumbência. Além disso, estariam exercendo o seu papel de cidadãos, sujeitos da prática das políticas públicas nessa sociedade. Essa prática implicaria também na emancipação do homem, que é um processo contínuo que transforma a sociedade e deixa de excluir o povo.

Com todas essas transformações na evolução das políticas públicas, temos a esfera educacional que apresenta a modalidade da Educação a Distância, que procura ofertar cursos dentro da realidade social e educacional de cada região, representada hoje pelos polos de apoio presenciais, importantes extensões das universidades. O objetivo de expandir cursos de graduação e pós-graduação tem sido atendido no Polo de apoio presencial de Novo Hamburgo, ocorrendo desde a sua criação de forma satisfatória. A parceria com universidades federais tem sido constante, da mesma forma a procura por cursos pela comunidade em geral. Percebe-se que a gestão pública da educação está ocorrendo e vem transformando

a sociedade de forma acelerada. Bem como, têm ocorrido uma real utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, o que vem alterando as perspectivas e chances dos indivíduos como um todo. O que demonstra que as pessoas estão se transformando em indivíduos polivalentes e capazes de atenderem a demanda social, não só na área profissional, mas principalmente como agentes do seu próprio fazer

O avanço e a utilização de novas tecnologias vêm fazer com que a população tenha uma crescente formação não só no aspecto educacional, mas quanto a cidadania que é muito mais abrangente do que se imagina. E por se tratar da ênfase pública, é importante a união do federal com o municipal, visto que parecem estar sempre longe um do outro. E ainda sob o aspecto gestão, é possível ver que a educação a distância apresenta-se como parte do contexto de um grande número de pessoas que estão dispersas em várias regiões. Une-se o público com a educação a distância através de uma gestão de recursos e por sua vez de pessoas que vivem em harmonia. Trata-se pois, de uma parceria que deu certo, e que espera-se perdurar pro muito tempo dentro da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. **Educação em Foco** - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 2007 - N.82.

AUSTIN, J. E. et al. **Fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Futura, 2001.

BALL, S. J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.35, n. 126: Fundação Carlos Chagas, set/dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo. php>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Medida Provisória Nº 1.591**, de 9-10-1997.

_____. **Lei n° 9.637,** de 23 de março de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, criação do Programa Nacional de Publicização

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **PRADIME: programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação.**Marcos Legais da Educação Nacional / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. –

Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4249-volume-02-final&Itemid=30192>. Acesso em: 26 nov. 2015

CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://http://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web>. Acesso em: 14 nov. 2015.

COSTA, M. L. F.; KNUPPEL, M. A. C. As representações sociais do trabalho do tutor presencial: limites e possibilidades. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 4, p. 191-209, 2014.

DA SILVA, Edson Rosa Gomes et al. Gestão de polo de apoio presencial no sistema Universidade Aberta do Brasil: construindo referenciais de qualidade. **RENOTE**, v. 8, n. 3, 2010.

FARIA, C. A. P. Ideia, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51): 21-30, 2003.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed, São Caetano: Yendis, 2007.

FIORILLO, A. A EaD no Brasil e a importância de competências subjacentes para o reconhecimento de cursos de acordo com a percepção de coordenadores de curso. **Administração: Ensino e Pesquisa** [2177-6083]: v. 16, iss. 1, 2015, p. 141.

INEP. **Educação Superior Brasileira**: 1991-2004 Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, v. 28,2006.

ISHIDA, J. S.; STEFANO, S. R.; ANDRADE, S. M. Avaliação da satisfação no ensino de pós à distância: a visão dos tutores e alunos do PNAP/UAB. **Avaliação (Campinas),** Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 749-772, Nov. 2013.

KRAWCZYK, N. R. Em busca de uma nova governabilidade na educação. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. F. F. **Política e Gestão da Educação. Belo Horizonte**: Autêntica, 2002.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Unesp, 1999. Cortez, 2001.

LONGO, R. M. J. **A revolução da qualidade total**: histórico e modelo gerencial. Brasília: IPEA, n. 31/94. 1994.

MAIA, C.; J. MATTAR. **ABC da EaD:** a Educação a Distância hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MATIAS-PEREIRA. J. **Evolução dos Conceitos de Educação a Distância**. Brasília: PPGA/UnB, 2005.

NOVO HAMBURGO-RS. **Lei Ordinária n° 2079/2009** de 21 de dezembro de 2009.Cria o Polo de apoio presencial da universidade aberta do brasil em Novo Hamburgo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>. Acesso em 14 nov.2015.

OLIVEIRA, D. A. Política Educacional nos Anos 1990: Educação Básica e Empregabilidade. In: DOURADO, L.F.;PARO, V.H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica,** São Paulo: Xamã, 2001.

PEREIRA, J. M. Educação Superior a Distância, Tecnologias de Informação e Comunicação e Inclusão Social no Brasil. **Revista de Economia Política de las Tecnologias de la Información y Comunicación**. v. XII, n. 2. Mayo-Agosto/2010.

_____. Políticas Públicas de Educação no Brasil: a utilização da EaD como instrumento de inclusão social. **J. Technol. Manag. Innov**. Volume 3, Special Issue 1, Brasília, 2008.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PORTAL CAPES. **Sobre a UAB**. http://www.uab.capes.gov.br/index.php/component/content/article?id=9> Acesso em: 26 nov. 2015.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. a. I, n. 1, Julho, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

_____. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Revista da Associação dos Advogados Trabalhistas da Bahia**, Bahia, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

XAVIER, A. C. R. **Uma agenda para a melhoria da gestão da qualidade na educação brasileira**, Brasília: IPEA, n. 4795. 1995.